

Você já sofreu agressão? Pesquisa de opinião sobre violência doméstica como instrumento de políticas públicas- uma abordagem multivariada

MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA
2020

Há 15 anos o DataSenado realiza uma série de pesquisas no campo da violência doméstica e familiar contra a mulher (VDFCM). Em meados do ano de 2005 verificou-se, a partir da percepção das mulheres entrevistadas, a necessidade da criação de um aparato legislativo específico capaz de combater e criminalizar a violência contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar. As pesquisas realizadas serviram de subsídio ao Parlamento para a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), principal lei de combate à violência contra a mulher. Nos anos seguintes, após a implantação da lei, as pesquisas investigaram os impactos e efeitos da Lei Maria da Penha do ponto de vista das entrevistadas, além de aplicar perguntas de opinião que mediram a autopercepção da mulher sobre vivências de violência e a visão geral sobre temáticas que envolvem a violência de gênero no país.

As pesquisas do DataSenado se tornaram importantes instrumentos, não só dentro do parlamento, mas para toda a sociedade, para entender, provocar o debate e a urgência do combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Os resultados gerados a partir das pesquisas mostraram um aumento da consciência das mulheres em relação aos tipos diferentes de violência e à existência da Lei Maria da Penha.

De acordo com o autor Marcos Ruben de Oliveira, a pergunta “Você já sofreu violência doméstica ou familiar provocada por um homem?”, revelou estabilidade no patamar de respostas positivas até 2015, com cerca de 18% das entrevistadas respondendo sim à pergunta. Esse padrão mudou em 2017, quando aumentou para 29%, mantendo-se em nível similar em 2019.

A pesquisa ajudou a elucidar a conscientização das mulheres em geral acerca da violência doméstica, tornando o assunto menos nebuloso e despertando nas mulheres mais segurança para relatar casos de violência. Os dados levantados pela pesquisa são transversais e multivariados e trazem ao conhecimento uma gama de questões que se entrelaçam para melhor definir os fatores que compõe os perfis das mulheres vítimas de violência.

Dados e método da pesquisa

O artigo analisa os dados da pesquisa que foram coletados do dia 25 de setembro a 4 de outubro de 2019. Foram entrevistadas 2.400 mulheres com 16 anos ou mais. As entrevistas foram realizadas por entrevistadoras do sexo feminino.

Dados e métodos do artigo

O artigo foi produzido para identificar e mensurar os fatores multivariados associados a pergunta “Você já sofreu violência doméstica ou familiar provocada por um homem?”, utilizando o modelo de regressão logística multivariada para amostras complexas.

Notas de rodapé (<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>)

Discussão

O modelo de regressão logística multivariada se diferencia de outros modelos de análise por medir a “associação entre a variável explicada” (violência sofrida), e as variáveis “explicativas” (as outras perguntas da pesquisa), levando em conta a inter-relação entre elas. A declaração de já ter sofrido violência doméstica ou familiar provocada por um homem tem grande associação positiva com as demais perguntas feitas no questionário. Das 32 variáveis explicativas consideradas na pesquisa, apenas 13 apresentam efeito significativo. Algumas respostas ganharam destaque em relação à resposta positiva à pergunta “você já sofreu algum tipo de violência provocada por um homem?”: conhecer pessoalmente uma mulher que também já sofreu violência doméstica; ter a opinião de que as mulheres são menos respeitadas em casa do que em outros lugares e morar só. Os resultados oriundos da pesquisa indicam que:

1- Uma mulher que conheça mulheres que também tenham sofrido violência doméstica tem 6,19 vezes mais chances de também ter sofrido violência. Essa é uma forte evidência do aumento de risco de violência doméstica para a mulher em função do ambiente social ao qual ela está inserida. Além do fato de ambientes violentos propiciarem relatos de violência, outros fatores são considerados significativos, como o grau de instrução, a religião e a renda. A pesquisa do DataSenado mostrou que o problema da violência doméstica e familiar contra a mulher está enraizado no país, pois 54% das mulheres com 16 anos ou mais afirmam conhecer alguma outra mulher que tenha sido vítima de violência. Diante desse cenário, comprova-se a importância de implantação de políticas públicas de combate a violência doméstica, considerando que essa parcela de mulheres está sujeita a um risco seis vezes maior de se tornarem vítimas de violência.

2- Diante da pergunta sobre o ambiente em que as mulheres são menos respeitadas (na rua, na família ou no trabalho), as entrevistadas que tem a opinião de que é no ambiente familiar representam 2,16 mais chances de responder positivamente à pergunta “você já sofreu violência doméstica ou familiar provocada por um homem?”. Esse dado dá indícios de que, se uma mulher identifica que o ambiente familiar é o mais desrespeitoso para ela, provavelmente ela tenha sido vítima de violência dentro de casa. Ou seja, essas mulheres têm 200% a mais de chance de terem vivenciado algum tipo de agressão no ambiente familiar do que as que acreditam que mulheres são menos respeitadas na rua ou no trabalho.

3- A pesquisa revela que mulheres que moram sozinhas têm 2,51 vezes mais chances de informar que já foram vítimas de violência do que as que moram em casas com quatro ou mais pessoas. Isso pode ocorrer porque, quando da entrevista, mulheres que moram sozinhas tendem a se sentir mais à vontade para admitir que já foram vítimas de violência, o que pode não ocorrer em um ambiente onde a mulher não esteja só. A opção de morar sozinha também pode ter acontecido como medida para se proteger da violência.

4- Quanto à atuação do poder público na criação de políticas de proteção à mulher, refletido na pesquisa por meio da opinião das mulheres em relação ao marco legal construído pelo Congresso

Nacional, com a pergunta “Como você avalia a atuação do Congresso Nacional na criação de leis para proteger mulheres?”, junto com a pergunta chave: “Você já sofreu violência doméstica ou familiar provocada por um homem?”, verifica-se que a afirmação “ótima” para a atuação do Congresso está associada a que mulheres têm duas vezes mais chances (101%) de terem afirmado que já sofreram violência do que as que responderam “regular”. Já a opção “ruim” está associada a mulheres com 1,24 (24%) de chance de afirmar na pesquisa que já foram vítimas, em comparação com as que responderam “regular”. Sendo assim, as mulheres que foram vítimas de violência doméstica tendem a ter uma visão mais positiva da atuação do Congresso, provavelmente por terem usufruído do aparato legislativo criado pelo Parlamento.

5- Em relação as motivações de não denunciar a agressão, a pesquisa mostrou que o que mais conta no momento de não denunciar uma agressão são os fatores econômicos e familiares, mais até do que o medo do agressor em si. Aqui temos uma possível lacuna de atuação do legislativo em construir políticas públicas que possibilitem a inserção de mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho, alcançando independência financeira e a possibilidade de garantir a subsistência dos filhos, como via de solução para esse problema.

6- A respeito do conhecimento das mulheres sobre a existência dos principais aparatos de proteção a mulher (Delegacia da Mulher, Defensoria Pública, Casas Abrigo e Casas da Mulher Brasileira), os resultados se associam positivamente com a pergunta principal. Mulheres que afirmam não conhecer a DEAM tendem a ter sofrido violência no passado, sinal de maior vulnerabilidade nos casos de desconhecimento desse serviço público. Por outro lado, não conhecer as Casas da Mulher Brasileira é um sinal indicativo de que a mulher não sofreu violência doméstica, provavelmente por não ter precisado usar esse recurso.

7- Entrando na seara sociodemográfica, a pesquisa apresenta associações significativas entre alguns desses aspectos e a pergunta principal do questionário, mostrando, por exemplo, que as mulheres evangélicas apresentam 36% e de outras religiões 55% maiores chances do que as católicas de responderem afirmativamente se já foram vítimas de violência doméstica. Revelou-se também que, quanto menor o grau de instrução, maiores são as chances de a mulher já ter sofrido violência doméstica. Mulheres que não concluíram o ensino médio tem 73% de chance de já ter sofrido violência, quando comparadas com as com curso superior completo. Já para as mulheres que têm o ensino médio incompleto, as chances de declarar que já sofreram violência são 54% maiores do que as que possuem ensino superior completo, e 30% para as que concluíram o ensino médio, mas não terminaram o ensino superior. Esses dados são importantes para comprovar que o investimento em educação é um motor fundamental para combater as mazelas sociais, dentre elas, a violência contra a mulher.

8- Por último, nas questões econômicas, os resultados obtidos são relevantes sob o ponto de vista analítico. Mulheres que declararam estarem sem ocupação no momento da entrevista ou em busca de emprego têm 21% a mais de chances de responder positivamente se já foram vítimas de violência do que as ocupadas. Em contrapartida, mulheres que estão fora do mercado de trabalho (vivem de renda e/ou não estão empregadas nem procuram emprego), têm menores chances de reportar que já viveram violência doméstica do que as ocupadas. Dessa forma, quanto menor a renda familiar, maiores são as chances de a mulher vivenciar situações de violência doméstica. As

mais atingidas são aquelas com renda familiar inferior a dois salários mínimos, que apresentam o dobro de chance de admitir ter sido vítima de violência, em comparação com aquelas que tem renda superior a cinco salários mínimos. 18% das mulheres não souberam ou não quiseram informar a renda da família. Para essas, a chance de já terem sido agredidas é 28% maior em relação à categoria de referência. Por este dado pode-se deduzir que essas mulheres estejam mais vulneráveis em relação ao controle das economias da família.

Mediante os resultados dessa pesquisa ficaram evidentes os três atributos úteis para combater o fenômeno da violência doméstica e familiar no Brasil:

- 1- Aqueles que indicam o que leva uma mulher a não denunciar: a decisão de não denunciar está mais associada a questões de dependência financeira da mulher do que do medo do agressor. É fundamental saber o que inibe as vítimas de denunciarem, promovendo maior acolhimento das autoridades responsáveis e maior divulgação dos serviços de proteção a mulher, como a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) e Casa da Mulher Brasileira.
- 2- Os caminhos para a construção de políticas públicas: destacam-se o acolhimento econômico-social para as vítimas, a divulgação dos serviços de proteção às mulheres, e a ampla divulgação da legislação correlata.
- 3- Os que revelam as características estruturais da sociedade que levam a violência: um fator social que dificulta o combate à violência contra a mulher são os ambientes violentos em que a maioria dessas mulheres estão inseridas, por serem férteis na perpetuação cíclica da violência. Maior investimento em instrução formal e o empoderamento financeiro são fatores capazes de inibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, M. R. *Você já sofreu agressão? Pesquisa de opinião sobre violência doméstica como instrumento de políticas públicas- uma abordagem multivariada*. In: DURAN, V. RIBEIRO, H.M. *História de amor tóxico: a violência contra as mulheres*. Brasília: Editora, Senado Federal, 2020.

